

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026 – CDP, DE 02 DE JULHO DE 2026



COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

TÉCNICO PORTUÁRIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito do Trabalho e Previdenciário
- ▶ Direito Civil
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual - Noções Básicas
- ▶ Qualidade no Atendimento, Inovação e Diversidade
- ▶ Contabilidade Geral
- ▶ Contabilidade Pública

Conteúdo Digital

- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Legislações
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Compliance e Ética no Serviço Público

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





CDP-PA

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

ANALISTA PORTUÁRIO – CONTABILIDADE

EDITAL Nº 001/2026 – CDP, DE 02 DE JULHO
DE 2026

CÓD: OP-062JL-26
7908403598267

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal.....	11
2. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta	19
3. Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, frase, oração, período, enunciado, pontuação, coesão e coerência ...	20
4. Variedade linguística, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa.....	26
5. Norma culta: ortografia	27
6. Acentuação	28
7. Emprego do sinal indicativo de crase.....	29
8. Pontuação	30
9. Formação de palavras, prefixo, sufixo.....	31
10. Classes de palavras; Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais.....	33
11. Regência.....	40
12. Concordância nominal e verbal	41
13. Flexão verbal e nominal; Emprego de tempos e modos dos verbos em português	43
14. Sintaxe de colocação; Padrões gerais de colocação pronominal no português	46
15. Produção textual.....	47
16. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	51
17. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica	52
18. Termos da oração; Processos de coordenação e subordinação; Transitividade e regência de nomes e verbos.....	52
19. Estilística: figuras de linguagem	53
20. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	57
21. Norma culta	63

Direito Constitucional

1. Direito Constitucional: Princípios fundamentais da República: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e livre iniciativa.....	79
2. Direitos e garantias fundamentais: direitos individuais, coletivos, sociais e políticos	80
3. Organização do Estado: União, Estados, Municípios e Distrito Federal	90
4. Poderes da República: competências e funções do Executivo, Legislativo e Judiciário	98
5. Administração pública: princípios constitucionais (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência); Regime jurídico dos servidores públicos: direitos, deveres e responsabilidades	130

Direito do Trabalho e Previdenciário

1. Direitos básicos dos trabalhadores: jornada, remuneração, férias, 13º salário, FGTS.....	141
2. Segurança e saúde no trabalho: normas regulamentadoras e deveres do empregador	143
3. Regime Geral de Previdência Social: benefícios, contribuições e aposentadoria	145
4. Acidente de trabalho e doença ocupacional: conceitos e implicações legais.....	148

ÍNDICE

Direito Civil

1. Personalidade jurídica e capacidade civil.....	155
2. Obrigações e contratos: noções gerais aplicáveis à administração pública	173

Direito Penal

1. Crimes contra a administração pública: peculato, corrupção, concussão, prevaricação	203
2. Improbidade administrativa: conceito, sanções e implicações legais	209

Direito Processual - Noções Básicas

1. Estrutura do processo judicial: partes, atos e fases	231
2. Jurisdição e competência.....	244
3. Ministério Público: funções constitucionais e papel na defesa da ordem jurídica	246
4. Ação civil pública e ação popular: instrumentos de defesa da coletividade.....	247

Qualidade no Atendimento, Inovação e Diversidade

1. Qualidade no Atendimento: Princípios do atendimento público: cortesia, eficiência, clareza e respeito	257
2. Atendimento ao cidadão: direitos do usuário dos serviços públicos (Lei nº 13.460/2017).....	260
3. Comunicação eficaz: escuta ativa, linguagem acessível e postura profissional	264
4. Gestão da qualidade: conceitos de melhoria contínua, indicadores de satisfação e avaliação de desempenho	266
5. Resolução de conflitos: técnicas de mediação e negociação aplicadas ao atendimento.....	269
6. Transparência e acesso à informação: cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	272
7. Inovação no Serviço Público: Conceito de inovação: aplicação de novas ideias, processos e tecnologias para melhorar serviços	279
8. Transformação digital: uso de ferramentas tecnológicas para ampliar eficiência e acessibilidade	281
9. Gestão da mudança: adaptação organizacional frente a novos processos e soluções	284
10. Cultura de inovação: incentivo à criatividade, colaboração e aprendizado contínuo.....	287
11. Boas práticas de inovação no setor público: exemplos de simplificação de processos e digitalização de serviços	289
12. Sustentabilidade e inovação: integração de práticas inovadoras com responsabilidade socioambiental	292
13. Diversidade e Inclusão: Conceito de diversidade: valorização das diferenças de gênero, raça, etnia, idade, religião, orientação sexual e pessoas com deficiência.....	295
14. Inclusão social e laboral: políticas públicas e ações afirmativas voltadas para igualdade de oportunidades	297
15. Legislação aplicável: Estatuto da Igualdade Racial.....	300
16. Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	307
17. Lei de Cotas e demais normas correlatas.....	325

ÍNDICE

18. Ambiente de trabalho inclusivo: práticas de respeito, acessibilidade e combate à discriminação.....	326
19. Diversidade cultural no Brasil: reconhecimento e valorização das diferentes identidades e tradições.....	329
20. Ética e respeito às diferenças: promoção da convivência saudável e da cidadania.....	331
21. Integração dos Temas: Qualidade no atendimento como reflexo da ética e da diversidade. Inovação como ferramenta para ampliar a acessibilidade e a inclusão. Diversidade como valor estratégico para a melhoria contínua dos serviços públicos. Atuação do servidor público: responsabilidade em garantir atendimento humanizado, eficiente e inclusivo	334

Contabilidade Geral

1. Patrimônio: Conceito, bens, direitos e obrigações, patrimônio líquido.....	339
2. Conta: determinação dos débitos e dos créditos, contas correntes.....	344
3. Escrituração: livros obrigatórios, métodos de escrituração, partidas dobradas.....	347
4. Fórmulas de lançamentos.....	351
5. Elaboração das demonstrações financeiras exigidas pela Lei nº 6.404/76, suas alterações e legislação complementar: conceito, obrigatoriedade, conteúdo, forma de apresentação, elaboração e critérios de contabilização	352
6. Levantamento de balancetes periódicos	407
7. Análise das demonstrações financeiras: índices de liquidez, endividamento, rotação de estoques	409

Contabilidade Pública

1. Conceituação, objeto e campo de aplicação.....	415
2. Composição do patrimônio público.....	417
3. Variações patrimoniais do setor público: qualitativas, quantitativas.....	419
4. Receita e despesa sob o enfoque patrimonial	421
5. Mensuração de ativos; Ativo imobilizado; Ativo Intangível; Reavaliação e redução ao valor recuperável; Depreciação, amortização e exaustão; Mensuração de 39 passivos; Provisões; Passivos contingentes	423
6. Despesa Pública: conceito, estágios e classificações	425
7. Receita Pública: conceito, estágios e classificações	426
8. Execução orçamentária e financeira	427
9. Regime Contábil.....	429
10. Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64 (Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, Estados e Municípios).....	431
11. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – edição atualizada.....	441

ÍNDICE

Conteúdo Digital Direito Administrativo

1. Administração pública direta e indireta: autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista	4
2. Atos administrativos: conceito, atributos, espécies e efeitos	8
3. Poderes administrativos: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.....	11
4. Licitações e contratos administrativos: princípios, modalidades, fiscalização e controle	13
5. Responsabilidade civil do Estado: hipóteses de responsabilidade objetiva e subjetiva	20
6. Controle da administração pública: interno, externo e social	23

Legislações

1. Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013	30
2. Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013	41
3. Resolução ANTAQ nº 75, de 02 de junho de 2022	53
4. Resolução ANTAQ nº 127, de 08 de abril de 2025	63
5. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016	63
6. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016	83
7. Decreto nº 6.869, de 4 de junho de 2009	96
8. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	98
9. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.....	106
10. Convenção nº 137 da OIT; Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019	119
11. Decreto nº 9.988, de 26 de agosto de 2019	120
12. Norma Regulamentadora nº 29 – NR29	120
13. Portaria nº 584, de 13 de outubro de 2025	134

Noções de Informática

1. Noções de Sistema Operacional: fundamentos e operação, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	140
2. Arquitetura de computadores	141
3. Procedimento de backup e recuperação contra desastres	143
4. Sistemas operacionais modernos (Ubuntu Linux e Windows 11).....	144
5. Aplicativos para Escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (Microsoft Office e Google Workspace)	152
6. Rede de Computadores: fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de Internet e Intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa. aplicativos de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome).....	175
7. Grupos de discussão	179
8. Redes sociais	180

ÍNDICE

9. Correio Eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (Email do Windows, Mozilla Thunderbird e similares)	182
10. Soluções de Comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (WhatsApp, Telegram, Skype, Discord, etc.).....	187
11. Computação em Nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (IaaS, PaaS, SaaS), modelos de implementação, serviços e provedoras (Google, Amazon, Microsoft, etc.).....	189
12. Segurança da Informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan, etc.), aplicativos de segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.).....	190

Compliance e Ética no Serviço Público

1. Fundamentos de Ética no Serviço Público: Conceito de ética e moral aplicados à função pública	198
2. Princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...	202
3. Deveres e responsabilidades do agente público.....	206
4. Conduta ética: imparcialidade, transparência, respeito e integridade	206
5. Código de Ética do Servidor Público: regras de comportamento e sanções	209
6. Noções de Compliance: Conceito de compliance: conformidade com leis, regulamentos e normas internas. Importância do compliance para a administração pública e para a prevenção de irregularidades; Estrutura de programas de compliance: políticas, controles internos e monitoramento. Papel do agente público na implementação e manutenção da conformidade; Responsabilidade administrativa, civil e penal por atos ilícitos.....	212
7. Integridade e Probidade Administrativa: Lei de Improbidade Administrativa: conceitos, atos de improbidade e sanções	216
8. Combate à corrupção: medidas preventivas e instrumentos de controle; Transparência e acesso à informação: Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).....	220
9. Controle social: participação da sociedade na fiscalização da administração pública.....	227
10. Governança e Controle: Governança pública: princípios de accountability, transparência e responsabilidade.....	230
11. Órgãos de controle interno e externo: Controladorias, Tribunais de Contas e Ministério Público; Auditorias e ouvidorias: funções e importância para o compliance; Mecanismos de denúncia e proteção ao denunciante (whistleblower)	235
12. Cultura Organizacional e Desenvolvimento Ético: Ética como valor organizacional: impacto na imagem institucional e na confiança pública; Treinamentos e capacitações voltados para ética e compliance. Incentivo à cultura de integridade e boas práticas de gestão; Exemplos de dilemas éticos no serviço público e formas de resolução.	239
13. Aplicações Práticas: Identificação e prevenção de conflitos de interesse; Procedimentos para tomada de decisão ética; Relatórios de conformidade e prestação de contas; Casos práticos de aplicação de compliance em órgãos públicos	243

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: SITUAÇÃO COMUNICATIVA, PRESSUPOSIÇÃO, INFERÊNCIA, AMBIGUIDADE, IRONIA, FIGURATIVIZAÇÃO, POLISSEMIA, INTERTEXTUALIDADE, LINGUAGEM NÃO-VERBAL

SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

▪ **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.

Ex.: Um professor explicando um conceito para seus alunos.

▪ **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.

Ex.: Os alunos que escutam a explicação do professor.

▪ **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.

Ex.: As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.

▪ **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.

Ex.: A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).

▪ **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.

Ex.: O idioma português usado na explicação.

▪ **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.

Ex.: A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:

“Proibido estacionar das 8h às 18h.”

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

Exemplos de Situações Comunicativas

▪ **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.

▪ **Mensagem:** “Vamos ao cinema hoje?”

▪ **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.

▪ **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.

▪ **Mensagem:** “Aproveite a promoção imperdível desta semana!”

▪ **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.

▪ **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.

▪ **Mensagem:** “Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3.”

▪ **Canal:** E-mail corporativo.

► Análise em Concursos Públicos

Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:

▪ **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.

▪ **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.

▪ **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

AMOSTRA

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

► Pressuposição

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

Características da Pressuposição:

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

Ex.: “Ana parou de fumar.”

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

“O evento será transferido para outro local.”

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

Uso em Concursos:

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

Questão modelo:

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

- (A) João nunca saiu de casa.
(B) João estava em casa anteriormente.

Resposta correta: (B) João estava em casa anteriormente.

► Inferência

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

Características da Inferência:

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

Ex.: “Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”

- **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”

- **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

► Diferenças entre Pressuposição e Inferência

Aspecto	Pressuposição	Inferência
Definição	Informação implícita assumida como verdadeira.	Conclusão lógica com base no texto.
Origem	Está na construção gramatical do enunciado.	Depende da interpretação do leitor.
Necessidade do texto	Essencial para a compreensão do enunciado.	Complementa o significado do texto.

Exemplo Comparativo: “Clara voltou ao trabalho.”

- **Pressuposição:** Clara estava afastada do trabalho.
- **Inferência:** Clara provavelmente superou o motivo de seu afastamento.

► Estratégias para Identificação**Para reconhecer pressuposições:**

- **Pergunte-se:** “O que precisa ser verdadeiro para que esta frase faça sentido?”
- Analise expressões típicas que carregam pressuposições, como voltar, parar, continuar, começar.

Para identificar inferências:

- Observe as informações explícitas e o contexto do texto.
- Relacione essas informações ao conhecimento prévio ou à lógica subjacente.

A distinção entre pressuposição e inferência é essencial para a interpretação textual, pois ambas enriquecem a compreensão das mensagens. A pressuposição está diretamente ligada à estrutura do texto e às informações subentendidas, enquanto a inferência depende de uma análise lógica por parte do leitor.

Em provas de concursos, questões sobre esses temas avaliam a capacidade de identificar informações implícitas e deduzir significados, habilidades indispensáveis para uma leitura eficiente e crítica.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA: SOBERANIA, CIDADANIA, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, VALORES SOCIAIS DO TRABALHO E LIVRE INICIATIVA

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não - intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

AMOSTRA

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS, SOCIAIS E POLÍTICOS

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

DIREITOS BÁSICOS DOS TRABALHADORES: JORNADA, REMUNERAÇÃO, FÉRIAS, 13º SALÁRIO, FGTS

DIREITOS BÁSICOS DOS TRABALHADORES NO DIREITO DO TRABALHO

► Fundamento da proteção trabalhista

Sentido social dos direitos trabalhistas

O Direito do Trabalho existe para equilibrar uma relação naturalmente desigual: de um lado, o empregador, que organiza a atividade econômica; de outro, o trabalhador, que oferece sua força de trabalho em troca de sustento. Por isso, os direitos básicos não devem ser compreendidos como benefícios facultativos, mas como garantias mínimas de dignidade, segurança econômica e proteção contra abusos. Jornada limitada, remuneração adequada, férias, 13º salário e FGTS formam um núcleo essencial de proteção do empregado.

► Relação de emprego e aplicação dos direitos

Importância do vínculo empregatício

Esses direitos aplicam-se, em regra, ao trabalhador que possui vínculo de emprego. Esse vínculo ocorre quando a prestação de serviços apresenta características como pessoalidade, continuidade, subordinação e pagamento de salário. Quando esses elementos estão presentes, o trabalhador passa a ser protegido pelas normas trabalhistas, ainda que o contrato não tenha sido formalizado corretamente.

A compreensão inicial desses direitos pode ser facilitada pelo quadro abaixo, que apresenta a função principal de cada garantia trabalhista:

Direito básico	Finalidade principal
Jornada de trabalho	Limitar o tempo de serviço e proteger a saúde do trabalhador
Remuneração	Garantir contraprestação justa pelo trabalho prestado
Férias	Assegurar descanso anual remunerado
13º salário	Reforçar a renda anual do trabalhador
FGTS	Formar reserva econômica vinculada ao contrato de trabalho

► Natureza mínima dos direitos trabalhistas

Garantias que não podem ser livremente afastadas

Os direitos básicos dos trabalhadores possuem caráter protetivo e, em muitos casos, não podem ser renunciados livremente pelo empregado. Isso ocorre porque a lei reconhece que o trabalhador pode estar em posição de vulnerabilidade diante da necessidade de manter o emprego. Assim, acordos que eliminem direitos essenciais, reduzam garantias mínimas ou imponham prejuízo direto ao empregado tendem a ser inválidos quando contrariam a proteção trabalhista.

Visão integrada dos direitos

Jornada, remuneração, férias, 13º salário e FGTS devem ser estudados de forma integrada. A jornada influencia o pagamento de horas extras; a remuneração serve de base para cálculos trabalhistas; férias e 13º reforçam a proteção financeira; e o FGTS funciona como reserva vinculada ao contrato. Juntos, esses direitos estruturam a proteção mínima do trabalhador.

JORNADA DE TRABALHO

► Conceito e finalidade da limitação da jornada

Tempo de trabalho e tempo à disposição

A jornada de trabalho corresponde ao período em que o empregado presta serviços ou permanece à disposição do empregador, aguardando ordens, cumprindo tarefas ou executando atividades relacionadas ao contrato. Sua limitação é uma das principais formas de proteção do trabalhador, pois impede desgaste excessivo, preserva a saúde física e mental e permite a convivência familiar, social e comunitária. Assim, a jornada não deve ser vista apenas como uma regra de organização empresarial, mas como garantia de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

► Limites, horas extras e descansos

Jornada ordinária e trabalho extraordinário

Em regra, a jornada comum é limitada a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais. Quando o empregado trabalha além desses limites, surge a hora extra, que deve ser remunerada com acréscimo legal ou compensada conforme regras válidas. A compensação de jornada pode ocorrer, por exemplo, quando o empregado trabalha mais em determinados dias para reduzir ou eliminar o trabalho em outros, desde que respeitados os critérios legais e os limites de proteção ao trabalhador.

AMOSTRA

A tabela a seguir sintetiza pontos essenciais para compreender a organização da jornada:

Aspecto	Explicação didática
Jornada normal	Período regular de trabalho previsto no contrato
Hora extra	Trabalho realizado além do limite ordinário
Intervalo intrajornada	Pausa dentro do expediente, geralmente destinada a descanso e alimentação
Intervalo interjornada	Período mínimo de descanso entre o fim de uma jornada e o início da seguinte
Descanso semanal remunerado	Repouso periódico pago, preferencialmente aos domingos

► **Regimes especiais e controle da jornada**

Trabalho noturno e formas diferenciadas de organização

Algumas modalidades exigem tratamento específico, como o trabalho noturno, os regimes de escala, o banco de horas e determinadas atividades externas. Nessas situações, é necessário observar as regras próprias de cada regime, especialmente quanto a adicionais, pausas, limites e registros. O controle da jornada é fundamental para demonstrar horários efetivamente trabalhados, intervalos concedidos e eventuais excessos. Quando o empregador descumpra as regras de jornada, podem surgir consequências como pagamento de horas extras, reflexos em outras verbas e reconhecimento de prejuízos ao empregado.

REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR

► **Conceito de remuneração e distinção em relação ao salário**

Salário como contraprestação direta

O salário é a quantia paga diretamente pelo empregador ao empregado como contraprestação pelo trabalho realizado ou pelo tempo em que o trabalhador permanece à disposição. Ele representa a base econômica do contrato de trabalho e deve observar limites mínimos, como o salário mínimo nacional ou o piso previsto para determinada categoria profissional. Além disso, a regra geral é a proteção contra reduções salariais injustificadas, pois a remuneração possui natureza alimentar e está diretamente ligada à subsistência do trabalhador.

Remuneração como conceito mais amplo

A remuneração é mais abrangente que o salário. Ela pode incluir, além do salário-base, outras parcelas recebidas em razão do trabalho, como adicionais, comissões, gratificações e gorjetas, quando aplicáveis. Essa distinção é importante porque determinadas verbas podem integrar a base de cálculo de outros direitos trabalhistas, enquanto outras têm natureza indenizatória e não produzem os mesmos reflexos.

► **Parcelas salariais, adicionais e descontos**

Composição da remuneração

Para compreender a remuneração de forma didática, é útil observar a natureza das principais parcelas pagas ao trabalhador:

Parcela	Função principal
Salário-base	Valor principal ajustado pelo trabalho
Hora extra	Pagamento pelo trabalho além da jornada normal
Adicional noturno	Compensação pelo trabalho em horário noturno
Adicional de insalubridade	Compensação por exposição a agentes nocivos
Adicional de periculosidade	Compensação por exposição a risco acentuado
Comissão	Pagamento vinculado ao desempenho ou às vendas

Descontos permitidos e proteção do salário

O salário não pode sofrer descontos arbitrários. Em geral, são admitidos descontos legais, como contribuições obrigatórias, adiantamentos salariais e valores autorizados pelo empregado, desde que não representem abuso. A proteção contra descontos indevidos busca impedir que o trabalhador receba valor inferior ao necessário para sua manutenção.

► **Pagamento e consequências do descumprimento**

Regularidade e segurança econômica

O pagamento deve ocorrer de forma regular, clara e documentada. Atrasos frequentes, ausência de comprovantes, pagamentos “por fora” ou supressão de parcelas devidas prejudicam a segurança econômica do trabalhador e podem gerar consequências trabalhistas. Por isso, a remuneração deve ser tratada como direito central, pois dela dependem vários outros cálculos, como férias, 13º salário, FGTS e verbas rescisórias.

FÉRIAS, 13º SALÁRIO E FGTS

► **Férias anuais remuneradas**

Descanso, aquisição e concessão

As férias representam o direito ao descanso anual remunerado após determinado período de trabalho. Sua finalidade é proteger a saúde do empregado, permitindo recuperação física, mental e social sem perda da remuneração. Em regra, o trabalhador adquire o direito às férias após completar o período aquisitivo, cabendo ao empregador concedê-las dentro do período próprio. O pagamento deve ocorrer com acréscimo constitucional, o que reforça o caráter protetivo desse direito.

AMOSTRA

DIREITO CIVIL

PERSONALIDADE JURÍDICA E CAPACIDADE CIVIL

► Das Pessoas Naturais

Podemos conceituar as pessoas naturais como pessoas físicas, haja vista o ser humano ser considerado como sujeito de direitos e obrigações. Assim sendo, pondera-se que para ser uma pessoa, basta existir, ou seja, nascer com vida e adquirir personalidade jurídica.

Personalidade Jurídica

Personalidade jurídica é a capacidade para titularizar direitos e contrair obrigações, ou, seja, é o atributo para ser sujeito de direito, sendo que após adquirida a personalidade, poderá atuar o ente na condição de sujeito de direito, tanto como pessoa natural quanto como pessoa jurídica, podendo operar com a prática de atos e negócios jurídicos de diferentes situações.

No condizente à pessoa natural ou física, denota-se que o Código Civil de 2002 determina no artigo 1º, o seguinte:

Art. 1º. *Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.*

A determinação acima, é permissionária da inferência de que a personalidade é um atributo de toda e qualquer pessoa, independentemente de ser ela natural ou jurídica, tendo em vista que a própria norma civil não faz tal distinção em seu caderno processual.

De acordo com o artigo 2º do Código Civil de 2002, a personalidade jurídica, ocorre a partir do nascimento com vida. Desta maneira, no momento em que inicia o funcionamento do aparelho cardiorrespiratório, clinicamente aferível pelo exame de docimasia hidrostática de Galeno, o recém-nascido passa a adquirir personalidade jurídica, vindo a se tornar sujeito de direito, ainda que venha a falecer minutos depois do seu nascimento.

Ao processo mencionado acima, de acordo com a Doutrina, dá-se o nome de teoria natalista, sendo que de acordo com essa doutrina, caso o recém-nascido, cujo pai já tenha falecido, venha a falecer minutos após o parto, irá adquirir todos os direitos sucessórios do seu genitor que deverão ser transferidos para a sua mãe.

Do nascituro

Trata-se o nascituro do ser humano concebido, mas que ainda não nasceu.

Nesse sentido, denota-se que o Código Civil trata do nascituro mesmo quando ele não é considerando exatamente uma pessoa, colocando a salvo a proteção legal dos seus direitos desde a concepção, nos ditames do artigo 2º do Código Civil. Vejamos:

Art. 2º. *A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.*

Denota-se que embora haja profunda controvérsia doutrinária, no Brasil, é adotada a tradicional teoria natalista, por intermédio da qual a aquisição da personalidade é operada a partir do nascimento com vida, sendo que não sendo pessoa, o nascituro possuiria somente mera expectativa de direito.

São direitos do nascituro:

- A titularidade de direitos personalíssimos:** o direito à vida, o direito à proteção pré-natal, dentre outros;
- Receber doação, sem que haja prejuízo do recolhimento do imposto de transmissão *inter vivos*;
- O benefício do legado e da herança;
- O Código Penal tipifica o crime de aborto;
- Como consequência da proteção garantida pelos direitos da personalidade, o nascituro tem direito à realização do exame de DNA, para efeito de verificação de paternidade;
- Direito a alimentos gravídicos que compreendem todos os gastos necessários à proteção do feto, por não ser justo que a genitora suporte todos os encargos da gestação sem a colaboração econômica do pai da criança que está irá nascer.

AMOSTRA

Da Capacidade

Após adquirida a personalidade jurídica, toda pessoa passa a ser capaz de direitos e obrigações, vindo a possuir, desta forma, capacidade de direito ou de gozo.

Nesse diapasão, toda pessoa possui capacidade de direito advinda do fato de que a personalidade jurídica se trata de atributo inerente à sua condição.

Ressalta-se que nem toda pessoa possui aptidão para exercer de forma pessoal os seus direitos com a prática de atos jurídicos, em decorrência de limitações orgânicas ou psicológicas.

Contudo, podendo a pessoa atuar pessoalmente, possuirá capacidade de fato ou de exercício, sendo que reunidos esses dois atributos, possuirá capacidade civil plena. Desta forma, temos:

CAPACIDADE DE FATO OU DE EXERCÍCIO = APTIDÃO PARA EXERCER POR SI SÓ, OS ATOS DA VIDA CIVIL = CAPACIDADE CIVIL PLENA

OU SEJA, *A PESSOA POSSUI CAPACIDADE PLENA PARA EXERCER SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES AO COMPLETAR 18 ANOS DE IDADE*. (Art. 5º, Código Civil/2002, incluída a emancipação na forma do Parágrafo Único e seus incisos).

Em relação à capacidade, aduz-se que nem toda pessoa capaz pode estar apta à prática de determinado ato jurídico, sendo que a legitimação traduz uma capacidade específica.

Em decorrência de um interesse que se pretende preservar, ou considerando a situação particular de determinada pessoa que se deseja proteger, foram criados impedimentos circunstanciais, que não podem ser confundidos com as hipóteses legais de incapacidade. A título de exemplo, podemos citar o tutor que mesmo sendo maior e capaz, não poderá adquirir bens móveis ou imóveis do tutelado, segundo o artigo 1.749, I, do CC/2002.

Da mesma forma, depreende-se que o adotado com o filho do adotante sendo maiores e capazes, não poderão se casar, de acordo com o artigo 1.521, IV, do CC/2002, sendo que em tais situações, estarão impedidos de praticar o ato por ausência de legitimidade ou de capacidade específica para o ato.

O ilustre Sílvio Venosa se manifesta sobre o assunto, da seguinte maneira: *“Não se confunde o conceito de capacidade com o de legitimação. A legitimação consiste em se averiguar se uma pessoa, perante determinada situação jurídica, tem ou não capacidade para estabelecê-la. A legitimação é uma forma específica de capacidade para determinados atos da vida civil. O conceito é emprestado da ciência processual. Está legitimado para agir em determinada situação jurídica quem a lei determinar. Por exemplo, toda pessoa tem capacidade para comprar ou vender. Contudo, o art. 1.132 do Código Civil/1916 estatui: os ascendentes não podem vender aos descendentes, sem que os outros descendentes expressamente consentam. Desse modo, o pai, que tem a capacidade genérica para praticar, em geral, todos os atos da vida civil, se pretender vender um bem a um filho, tendo outros filhos, não poderá fazê-lo se não conseguir a anuência dos demais filhos. Não estará ele, sem tal anuência, legitimado para tal alienação. Num conceito bem aproximado da ciência do processo, legitimação é a pertinência subjetiva de um titular de um direito com relação a determinada relação jurídica. A legitimação é um plus que se agrega à capacidade em determinadas situações”.* (VENOSA, Sílvio De Salvo, Ob. Cit., P. 139/2016).

Desta maneira, de forma esquematizada, temos:

CAPACIDADE

Capacidade de direito = capacidade genérica;

Capacidade de fato, ou, de exercício = capacidade em sentido estrito que se trata da medida do exercício da personalidade;

Capacidade específica = legitimidade com a ausência de impedimentos jurídicos circunstanciais para a prática de determinados atos.

Da Incapacidade:

Estando ausente a capacidade de fato, nos encontraremos diante da incapacidade civil absoluta ou relativa, que se tratam de temas que passaram por significativas mudanças com a Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 — Estatuto da Pessoa com Deficiência — após a sua entrada em vigor, em janeiro de 2016.

Da Incapacidade absoluta:

A previsão legal da incapacidade é a falta de aptidão para praticar pessoalmente atos da vida civil, haja vista encontrar-se nesta condição, a pessoa que não possua capacidade de fato ou de exercício, se achando impossibilitada de manifestar real e juridicamente a sua vontade.



DIREITO PENAL

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PECULATO, CORRUPÇÃO, CONCUSSÃO, PREVARICAÇÃO

DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL¹

Peculato - Art. 312 do CP

O peculato é crime próprio. Somente o funcionário público pode praticá-lo (art. 327 do CP). O particular que, de qualquer forma, concorrer para o crime estará nele incurso por força do disposto no art. 30 do Código Penal.

Sujeito ativo: É somente o funcionário público.

Sujeito passivo: É o Estado. Subsidiariamente, a entidade de direito público ou o particular prejudicado.

O objeto do crime é o bem jurídico que sofre as consequências da conduta criminosa

Objeto jurídico: É a administração pública, levando-se em conta seu interesse patrimonial e moral.

Objeto material: O objeto material, de natureza pública ou privada, do Crime de Peculato-apropriação é o dinheiro (cédulas ou moedas aceitas como pagamento), o valor (tudo aquilo que pode ser convertido em dinheiro), ou qualquer outro bem móvel (tudo aquilo que pode ser removido e é de propriedade do Poder Público, ou um bem móvel particular, que encontra-se sob o Poder Público de forma apreendida ou mesmo guardado temporariamente, ou seja, sobre custódia da Administração Pública)

Elementos objetivos do tipo: Há três figuras de peculato doloso:

a) peculato-apropriação (caput): apropriar-se (tomar como propriedade sua ou apossar-se) o funcionário público de dinheiro (é a moeda em vigor, destinada a proporcionar a aquisição de bens e serviços), valor (é tudo aquilo que pode ser convertido em dinheiro, possuindo poder de compra e trazendo para alguém, mesmo que indiretamente, benefícios materiais) ou qualquer outro bem móvel, público (pertencente à administração pública) ou particular (pertencente à pessoa não integrante da administração), de que tem a posse (deve ser entendida em sentido lato, ou seja, abrange a mera detenção) em razão do cargo (o funcionário necessita fazer uso de seu cargo para obter a posse de dinheiro, valor ou outro bem móvel. Se não estiver na esfera de suas atribuições o recebimento de determinado bem, impossível se falar em peculato, configurando-se outro crime).

b) peculato-desvio (caput): Desviá-lo (alterar o seu destino ou desencaminhá-lo), em proveito próprio ou alheio.

c) peculato-furto (§ 1.º): A pena é de reclusão, de dois a doze anos, e multa. O funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai (tira de quem tem a posse ou a propriedade), ou concorre para que seja subtraído (considera conduta principal o fato de o funcionário colaborar para que outrem subtraia bem da administração pública; se porventura não houvesse tal previsão, poder-se-ia indicar que o funcionário, colaborando para a subtração alheia, respondesse por furto, em concurso de pessoas, já que o executor material seria pessoa não ligada à administração), em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário. O termo peculato, desde o início, teve o significado de furto de coisa do Estado.

Elemento subjetivo do crime: É o dolo ou culpa, conforme o caso. No peculato-apropriação é representado pelo dolo, vontade livre e consciente de apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular com animus rem sibi habendi, requerendo de forma implícita o elemento subjetivo do injusto consistente no especial fim de agir. No peculato-desvio é representado pelo dolo, consciência e vontade de dar a coisa para fim diverso daquele determinado. Já no peculato-furto é representado pelo dolo, vontade livre e consciente dirigida à prática dos atos incriminados na norma reitora, exigindo-se o elemento subjetivo especial do injusto, a obtenção de proveito próprio ou alheio.

Elemento subjetivo do tipo específico: É a vontade de se apossar, definitivamente, do bem, em benefício próprio ou de terceiro. Quanto à sua vontade de apossar-se do que não lhe pertence, não basta o funcionário alegar que sua intenção era restituir o que retirou da esfera de disponibilidade da administração, devendo a prova ser clara nesse prisma, a fim de se afastar o ânimo específico de aproveitamento, tornando atípico o fato.

Figura culposa: Aplica-se a pena de detenção, de três meses a um ano, se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem. Ilustre-se, que esta modalidade de peculato é sempre plurissubjetiva, isto é, necessita da concorrência de pelo menos duas pessoas: o funcionário (garante) e terceiro que cometa o crime para o qual o primeiro concorre culposamente. É impossível que um só indivíduo seja autor de peculato culposamente.

Classificação: Próprio; material; de forma livre; comissivo; instantâneo; unissubjetivo; plurissubistente.

Tentativa: É admissível.

Consumação: Quando houver efetivo prejuízo material para o Estado.

Perdão judicial ou causa de diminuição de pena: Se o peculato for culposamente, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se posterior, reduz de metade a pena imposta.

¹ Nucci, Guilherme de S. Manual de Direito Penal - Volume Único. (20th edição). Grupo GEN, 2024.

AMOSTRA

Peculato mediante erro de outrem - Art. 313 do CP

Sujeito ativo: É somente o funcionário público.

Sujeito passivo: É o Estado. Subsidiariamente, a entidade de direito público ou o particular prejudicado.

Objeto jurídico: É a administração pública, levando-se em conta seu interesse patrimonial e moral.

Objeto material: Pode ser dinheiro ou outra utilidade.

Elementos objetivos do tipo: Apropriar-se de dinheiro (moeda corrente oficial destinada a proporcionar a sua troca por bens e serviços) ou qualquer utilidade (qualquer vantagem ou lucro) que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

Pena: A pena é de reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Elemento subjetivo do crime: É o dolo.

Elemento subjetivo do tipo específico: não há necessidade de vontade específica de se apossar de coisa pertencente a outra pessoa, pois isso já está implícito no verbo “apropriar-se”. Assim, incidindo sobre o núcleo do tipo, o dolo é suficiente para caracterizar o crime de peculato-apropriação. Além disso, é importante destacar que o dolo é atual, ou seja, ocorre no momento da conduta “apropriar-se”, não existindo a figura do “dolo subsequente” propagada por alguns. Não há modalidade culposa neste crime.

Classificação: Próprio; material; de forma livre; comissivo; instantâneo; unissubjetivo; plurissubsistente.

Tentativa: É admissível.

Consumação: Quando houver efetivo prejuízo material para o Estado.

Inserção de dados falsos em sistema de informações - Art. 313-A do CP

Sujeito ativo: É somente o funcionário público devidamente autorizado a lidar com o sistema informatizado ou banco de dados.

Sujeito passivo: É o Estado. Subsidiariamente, a entidade de direito público ou o particular prejudicado.

Objeto jurídico: É a administração pública, levando-se em conta seu interesse patrimonial e moral.

Objeto material: São os dados falsos ou verdadeiros de sistemas informatizados ou banco de dados.

Elementos objetivos do tipo: Inserir (introduzir ou incluir) ou facilitar (permitir que alguém introduza ou inclua), o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar (modificar ou mudar) ou excluir (remover ou eliminar) indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados (é o conjunto de elementos, materiais ou não, coordenados entre si, que funcionam como uma estrutura organizada, tendo a finalidade de armazenar e transmitir dados, através de computadores) ou bancos de dados (é a compilação organizada e inter-relacionada de informes, guardados em um meio físico, com o objetivo de servir de fonte de consulta para finalidades variadas, evitando-se a perda de informações) da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida (pode ser qualquer lucro, ganho, privilégio ou benefício ilícito, ou seja, contrário ao direito, ainda que ofensivo apenas aos bons costumes) para si ou para outrem ou para causar dano. Nas duas primeiras – inserir ou facilitar a inserção – visa-se o dado falso, que é a informação não correspondente à realidade. A respectiva conduta pode provocar, por exemplo, o pagamento de benefício previdenciário a pessoa inexistente. Nas duas últimas – alterar ou excluir – tem-se por fim o dado correto, isto é, a informação verdadeira, que é modificada ou eliminada, fazendo com que possa haver algum prejuízo para a

Administração. Exemplo disso seria eliminar a informação de que algum beneficiário faleceu, fazendo com que a aposentadoria continue a ser paga normalmente.

Pena: A pena é de reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Elemento subjetivo do crime: É o dolo.

Elemento subjetivo do tipo específico: É a finalidade de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.

Classificação: Próprio; formal; de forma livre; comissivo; instantâneo; unissubjetivo; plurissubsistente.

Tentativa: É admissível.

Consumação: Quando houver a prática de qualquer das condutas típicas, independentemente de efetivo prejuízo para o Estado.

Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações - Art. 313-B do CP

Sujeito ativo: É somente o funcionário público.

Sujeito passivo: É o Estado.

Objeto jurídico: É a administração pública, levando-se em conta seu interesse patrimonial e moral.

Objeto material: É o sistema de informações ou o programa de informática.

Elementos objetivos do tipo: Modificar (transformar de maneira determinada) ou alterar (mudar de forma a desorganizar, decompor o sistema original), o funcionário público, sistema de informações (é o conjunto de elementos materiais agrupados e estruturados visando ao fornecimento de dados ou instruções sobre algo) ou programa de informática (é o software, que permite ao computador ter utilidade, servindo a uma finalidade qualquer) sem autorização ou solicitação de autoridade competente.

Pena: A pena é de detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Elemento subjetivo do crime: É o dolo.

Elemento subjetivo do tipo específico: Não há.

Classificação: Próprio; formal; de forma livre; comissivo; instantâneo; unissubjetivo; plurissubsistente.

Tentativa: É admissível.

Consumação: Quando houver a prática de qualquer das condutas típicas, independentemente de efetivo prejuízo para o Estado.

Causa de aumento de pena: As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado. Trata-se do exaurimento do crime. O delito é formal, de modo que basta a conduta (modificar ou alterar) para haver a consumação. Entretanto, o resultado naturalístico possível com tal conduta é justamente o prejuízo gerado para a Administração Pública ou para o administrado, razão pela qual, atingindo-o, o delito está exaurido, aumentando-se a pena.

Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento - Art. 314 do CP

Sujeito ativo: É somente o funcionário público.

Sujeito passivo: É o Estado. Subsidiariamente, pode ser a entidade de direito público ou outra pessoa prejudicada.

Objeto jurídico: É a administração pública, levando-se em conta seu interesse patrimonial e moral.

DIREITO PROCESSUAL - NOÇÕES BÁSICAS

ESTRUTURA DO PROCESSO JUDICIAL: PARTES, ATOS E FASES

SUJEITO DO PROCESSO

O sujeito processual é aquele que atua no processo, portanto, não somente o juiz, o autor e o acusado são sujeitos processuais, mas também os auxiliares da Justiça, as testemunhas, dentre outros.

O Código de Processo Penal trata dos Sujeitos do Processo nos artigos 251 a 281.

A doutrina faz uma classificação dos sujeitos processuais em:

Sujeitos essenciais ou principais

São também chamados de sujeitos da relação processual, pois sem a presença deles não se pode falar em relação processual. No âmbito do processo penal, o juiz, o acusado e o acusador (Ministério Público ou querelante) figuram como sujeitos essenciais.

Sujeitos colaterais, acessórios ou secundários

A ausência dessas pessoas não interfere na validade da relação processual, são intervenientes eventuais no processo. São elas: assistente da acusação e terceiros interessados (herdeiro, ofendido e seu representante legal etc.).

O processo pode ser definido como a relação jurídica autônoma e abstrata, de direito público e estabelecida de forma angular e equidistante entre o juiz e as partes.

A relação jurídica é autônoma, pois independe do direito penal, apesar de ser o objetivo jurídico do processo a materialização do direito penal diante do caso concreto. É abstrata em razão de estar à disposição de todos, mesmo que não exercida no caso concreto. É de direito público, pois é exercida contra o Estado.

Juiz

O juiz é a autoridade judiciária responsável por conduzir o processo e, ao final, proferir uma decisão. Doutrinariamente, afirma-se que o juiz não é sujeito do processo e sim o próprio Estado-juiz, tendo em vista haver a existência da característica da substitutividade. Nesse momento, a vontade do Estado, representada pelo juiz, substitui a vontade das partes naquilo que lhe foi submetido a decidir.

Por força do que dispõe o art. 251 do CPP, ao juiz cabe os poderes de polícia ou administrativos para que se mantenha a ordem dos atos processuais, como no caso do júri, art. 497, I, do CPP, onde cabe ao juiz “regular a polícia das sessões e prender os desobedientes”.

Imparcialidade do magistrado

A imparcialidade é característica fundamental do perfil do juiz, que consiste em não haver vínculo subjetivo com o processo a fim de que se garanta uma total isenção e que se resguarde o devido processo legal. Essa característica decorre da vedação ao tribunal ou juízo de exceção contido no art. 5º, XXXVII, da CF/1988.

A imparcialidade do magistrado é garantida em diversos dispositivos constitucionais, podemos citar as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.

Os juízes gozam das seguintes garantias:

I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

III – irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

A Lei 13.964/2019, Pacote Anticrime, trouxe algumas alterações e vedou a iniciativa do juiz na fase investigatória e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.

Desse modo, podemos observar duas proibições autônomas:

- Vedação da iniciativa do juiz na fase investigatória. A fase investigativa é procedimento de índole administrativa, motivo pelo qual não há, nessa fase, observância plena dos princípios do contraditório ou da ampla defesa. Desse modo, não é concedida ao juiz a prerrogativa de atuar de ofício na fase inquisitorial investigativa, sob pena de ver-se contaminado subjetivamente para julgar o eventual processo dali decorrente.

- Vedação à substituição da atividade probatória do órgão de acusação, ou seja, não há vedação que o juiz atue na produção probatória, o que não é permitido é que o juiz substitua a atuação probatória do órgão de acusação, atuando como juiz inquisidor. Portanto, a atuação do magistrado deve ser secundária, ele não poderá ser o protagonista na produção probatória

Impedimentos

Os impedimentos estão ligados aos fatos e circunstâncias objetivas que estão no processo e que impedem o exercício da jurisdição por aquele juízo, sob a ótica da imparcialidade. Logo, as hipóteses previstas no art. 252 do CPP, de caráter objetivo, indicam a impossibilidade de exercício jurisdicional em determinado processo. A sua infração implica inexistência dos atos praticados. Conforme entendimento jurisprudencial e doutrinário majoritário, as hipóteses de impedimentos dispostas nos arts. 252 e 253 do CPP são taxativas.

AMOSTRA

O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

- Tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;
- Ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;
- Tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;
- Ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

Suspeição

Via de regra, o que torna o juiz suspeito são circunstâncias subjetivas relacionadas a fatos exteriores ao processo, que podem afastar a imparcialidade. A suspeição é causa de parcialidade do juiz, viciando o processo, caso haja sua atuação. O art. 564, I, do CPP determina suspeição como causa de nulidade do processo, entendendo a doutrina majoritária como caso de nulidade relativa.

Em todas essas situações há um vício externo, no sentido de que elas envolvem um vínculo estabelecido entre o juiz e a parte ou entre o juiz e a questão discutida no feito.

Diferentemente dos dispositivos que contêm as causas de impedimento, as causas de suspeição encontram-se presentes, exemplificadamente, no art. 254 do CPP.

O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

- Se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;
- Se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;
- Se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;
- Se tiver aconselhado qualquer das partes;
- Se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;
- Se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

Determina o artigo 255 do Código de Processo Penal que, nas hipóteses de impedimento ou suspeição em que há relação de parentesco, a dissolução do casamento terá o condão de fazer cessar o impedimento e a suspeição do magistrado, a não ser que sobrevenha dependentes.

Outrossim, ainda que não existam filhos, não funcionará como juiz:

- O sogro;
- O padrasto;
- O cunhado;
- O genro;
- O enteado.

Para gravar:

Trazemos o quadro esquemático retirado da obra do Professor Leonardo Barreto Moreira Alves (2021, p. 35):

Identidade física do juiz

Está disposto no art. 399, § 2º, do CPP o princípio da identidade física do juiz determina que o magistrado que presidiu a instrução deverá também proferir a sentença. Contudo, essa não é uma condição absoluta, pois poderá existir situações em que não será a mesma autoridade judiciária a acompanhar a produção de provas e a proferir a sentença como, por exemplo, nos casos de licença, férias ou qualquer outro motivo legal.

Ministério Público

A Constituição Federal estabelece que o Ministério Público é instituição essencial a função jurisdicional do Estado, não fazendo parte de nenhum dos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. A Constituição incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Ao Ministério Público cabe:

- promover, privativamente, a ação penal pública, na forma estabelecida neste Código; e
- fiscalizar a execução da lei.

O art. 127 da Constituição Federal de 1.988, expõe os princípios institucionais (unidade, indivisibilidade e independência funcional) e normas que tratam da proposta orçamentária da referida instituição:

Art. 127. *O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.*

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará,

QUALIDADE NO ATENDIMENTO, INOVAÇÃO E DIVERSIDADE

QUALIDADE NO ATENDIMENTO: PRINCÍPIOS DO ATENDIMENTO PÚBLICO: CORTESIA, EFICIÊNCIA, CLAREZA E RESPEITO

▪ No ambiente de negócios atual, a qualidade no atendimento ao público tornou-se um fator decisivo para o sucesso e a reputação de qualquer organização. Mais do que oferecer produtos e serviços, as empresas precisam se preocupar em criar experiências positivas que fortaleçam a relação com seus clientes e transmitam uma imagem de profissionalismo, empatia e eficiência. Um atendimento de qualidade é fundamental para estabelecer confiança, fidelizar o cliente e destacar-se em um mercado cada vez mais competitivo.

▪ O atendimento ao público vai além de simplesmente responder a perguntas ou solucionar problemas; ele envolve a capacidade de compreender as necessidades, expectativas e emoções do cliente, oferecendo respostas e soluções de forma clara, objetiva e cortês. A interação entre o cliente e o atendente representa a imagem da empresa e pode determinar se o cliente terá uma experiência positiva ou negativa, influenciando diretamente a percepção e a reputação da organização.

▪ Um atendimento de qualidade ao público é fundamentado em princípios que norteiam a forma como as interações devem ocorrer, garantindo que o cliente se sinta valorizado, compreendido e respeitado. Esses princípios, quando aplicados de forma eficaz, são capazes de transformar simples contatos em experiências memoráveis, fortalecendo a relação entre cliente e empresa. A seguir, destacamos os principais pilares que sustentam um atendimento ao público de excelência:

► Comunicabilidade

▪ A comunicabilidade é a habilidade de transmitir uma mensagem de forma clara, eficaz e compreensível, garantindo que o cliente receba as informações de maneira correta e precisa. Uma comunicação bem elaborada vai além do uso de palavras; inclui a entonação, a linguagem corporal e a capacidade de ouvir ativamente. Para assegurar a compreensão, é importante que o atendente adapte sua linguagem ao perfil do cliente, evitando jargões técnicos ou termos complicados que possam dificultar o entendimento.

▪ Além disso, a clareza na transmissão das informações é essencial para evitar mal-entendidos. Por exemplo, ao explicar procedimentos, políticas ou soluções, o atendente deve ser direto e objetivo, utilizando frases curtas e exemplos práticos, se necessário. Isso cria uma atmosfera de confiança e transparência, fatores essenciais para um bom relacionamento com o cliente.

► Apresentação

▪ A apresentação pessoal é o primeiro aspecto que o cliente percebe ao interagir com o atendente, sendo um dos fatores que contribuem para a formação da primeira impressão. O profissional deve se apresentar de maneira adequada, com um vestuário condizente com a cultura da empresa e a situação de atendimento, garantindo também a higiene pessoal e o cuidado com a aparência.

▪ Além do aspecto físico, a postura e a atitude também fazem parte da apresentação. Manter uma postura ereta, demonstrar segurança e exibir um sorriso amigável transmitem confiança e credibilidade, elementos que influenciam positivamente a percepção do cliente em relação ao profissional e à empresa que ele representa.

► Atenção

▪ A atenção é a capacidade de estar presente e plenamente focado nas necessidades do cliente durante o atendimento. Demonstrar interesse genuíno e escutar atentamente o que o cliente tem a dizer são atitudes que mostram respeito e valorização, criando um ambiente propício para a construção de um relacionamento de confiança.

▪ Quando o atendente pratica a escuta ativa, ele capta não apenas as palavras do cliente, mas também as nuances e emoções por trás delas, permitindo uma compreensão mais profunda do que realmente está sendo solicitado. Essa habilidade é fundamental para oferecer soluções que atendam às expectativas do cliente de forma personalizada, tornando o atendimento mais eficaz e satisfatório.

► Cortesia

▪ A cortesia é um reflexo da educação, respeito e profissionalismo do atendente. Trata-se de agir com gentileza, paciência e empatia, independentemente da situação ou do comportamento do cliente. Mesmo diante de clientes difíceis ou em momentos de conflito, manter a calma e ser educado é essencial para conduzir o atendimento de forma positiva e para preservar a imagem da empresa.

▪ Pequenos gestos, como cumprimentar o cliente pelo nome, agradecer pela preferência e utilizar expressões de gentileza, fazem toda a diferença na percepção do cliente em relação ao atendimento. A cortesia, portanto, não é apenas uma questão de boas maneiras, mas uma ferramenta poderosa para criar um ambiente de acolhimento e respeito.

► Interesse

▪ Demonstrar interesse vai além de simplesmente prestar atenção; envolve a atitude proativa de se colocar à disposição do cliente e buscar compreender suas necessidades de forma integral. Um atendente interessado faz perguntas,



AMOSTRA

- oferece sugestões e mostra-se empenhado em encontrar a melhor solução para o cliente, mesmo quando a demanda não é claramente expressa.

- O interesse também se manifesta na forma como o atendente lida com as críticas e sugestões. Ao mostrar-se receptivo a feedbacks, o profissional não só demonstra humildade e desejo de melhorar, mas também contribui para a construção de um relacionamento de confiança e transparência com o cliente.

- Para que o atendimento ao público seja eficaz e ofereça uma experiência positiva ao cliente, é essencial que os princípios básicos anteriormente mencionados sejam incorporados em práticas diárias. A aplicação dessas práticas de forma consistente e alinhada com os valores da empresa contribui para um serviço de qualidade, capaz de atender e superar as expectativas dos clientes. A seguir, apresentamos as principais práticas que devem ser adotadas para um atendimento ao público de excelência:

► Presteza e Eficiência

- Ser ágil e eficiente no atendimento é uma das principais características de um serviço de qualidade. A presteza envolve atender o cliente prontamente, evitando esperas desnecessárias e demonstrando disposição para ajudar. Já a eficiência refere-se à capacidade de resolver as solicitações do cliente de forma rápida e eficaz, proporcionando soluções claras e objetivas.

- Para garantir essa eficiência, o atendente deve ter conhecimento dos produtos, serviços e processos da empresa, bem como estar preparado para agir em diferentes situações. O domínio da informação é crucial para oferecer respostas precisas, evitando a necessidade de transferências ou retornos desnecessários, que podem gerar frustração no cliente.

► Tolerância e Discrição

- O atendimento ao público muitas vezes envolve lidar com pessoas de diferentes temperamentos e emoções, e a tolerância é uma qualidade indispensável para manter a calma e o profissionalismo em qualquer situação. É fundamental que o atendente seja capaz de ouvir reclamações e críticas com paciência, sem se deixar abalar, e responder de forma educada e empática, mesmo quando o cliente estiver nervoso ou insatisfeito.

- Além disso, a discrição é um componente essencial para garantir a confiança e a privacidade do cliente. O profissional deve tratar informações confidenciais com sigilo e respeitar a intimidade do cliente, evitando compartilhar dados pessoais ou detalhes do atendimento com terceiros. Isso demonstra respeito e reforça a credibilidade e a seriedade da empresa.

► Conduta e Objetividade

- A conduta do atendente reflete diretamente a imagem da empresa, por isso é importante manter um comportamento que seja coerente com os valores e a ética da organização. A postura profissional, a cordialidade e o respeito devem estar presentes em todas as interações, independentemente da situação.

- A objetividade, por sua vez, é uma habilidade que facilita a comunicação e torna o atendimento mais eficiente. Ao se comunicar com clareza e precisão, o atendente evita mal-entendidos e permite que o cliente compreenda facilmente as informações e soluções apresentadas. O uso de uma linguagem simples e direta é fundamental para garantir que a mensagem seja transmitida de forma clara e sem ambiguidades.

► Aprimoramento Contínuo e Treinamento

- A busca constante por aperfeiçoamento é uma prática que distingue um atendimento de qualidade. É essencial que os profissionais envolvidos no atendimento ao público participem regularmente de treinamentos e capacitações para desenvolver suas habilidades e atualizar-se em relação aos produtos, serviços e políticas da empresa.

- O treinamento não apenas aprimora o conhecimento técnico, mas também capacita os atendentes a lidar com diferentes perfis de clientes, aprimorar a comunicação e aprimorar a capacidade de resolução de problemas. Investir no desenvolvimento contínuo da equipe de atendimento reflete o compromisso da empresa com a excelência e a satisfação do cliente.

► Personalização do Atendimento

- Cada cliente é único e merece ser tratado de forma personalizada. A prática de utilizar o nome do cliente, adaptar a abordagem de acordo com o perfil e mostrar interesse genuíno em suas necessidades e preferências cria uma experiência de atendimento diferenciada. A personalização faz com que o cliente se sinta valorizado e ouvido, fortalecendo o vínculo com a empresa.

- Para isso, o atendente deve ser capaz de identificar as particularidades de cada cliente e ajustar sua comunicação e soluções de acordo com essas especificidades. Quando o atendimento é adaptado às necessidades individuais, a empresa demonstra que se preocupa em oferecer um serviço que vai além do padrão, gerando uma impressão positiva e memorável.

► Resolução Eficaz de Problemas e Reclamações

- A maneira como um problema ou reclamação é tratado pode ser determinante para a satisfação do cliente e sua percepção sobre a empresa. Portanto, é essencial que o atendente esteja preparado para lidar com essas situações de forma rápida, eficaz e cortês.

- Ao enfrentar uma reclamação, é importante ouvir o cliente com atenção, reconhecer o problema e demonstrar empatia. Oferecer uma solução imediata ou encaminhar o caso para alguém que possa resolver é fundamental para mostrar ao cliente que a empresa se preocupa em solucionar suas questões. Além disso, é importante acompanhar a resolução do problema para garantir que o cliente esteja satisfeito com o resultado.



CONTABILIDADE GERAL

PATRIMÔNIO: CONCEITO, BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES, PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio público é um dos conceitos centrais da contabilidade aplicada ao setor público, englobando todos os bens, direitos e obrigações de entidades governamentais. Essas entidades, como União, estados, municípios e suas respectivas autarquias, fundações e empresas públicas, possuem um conjunto de recursos que deve ser gerido de maneira eficiente e transparente, já que pertence à sociedade. Dessa forma, o controle e a correta gestão desse patrimônio são essenciais para garantir a prestação de serviços públicos de qualidade e a continuidade das políticas públicas.

A gestão do patrimônio público está intimamente ligada à responsabilidade do Estado em administrar os recursos públicos em benefício da coletividade. Nesse contexto, a contabilidade pública desempenha um papel fundamental, fornecendo informações claras e detalhadas sobre a composição, a evolução e a situação atual dos bens, direitos e obrigações do setor público. Por meio das demonstrações contábeis, como o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais, é possível acompanhar a eficiência na utilização dos recursos públicos e identificar possíveis desvios ou ineficiências na sua administração.

Além de sua importância prática, o conceito de patrimônio público possui uma base normativa e histórica sólida. No Brasil, esse tema é regido por um conjunto de leis e normas, entre as quais se destacam a Lei 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, estados, municípios e Distrito Federal, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas normas orientam a forma como o patrimônio público deve ser registrado, classificado e divulgado, assegurando que haja um acompanhamento adequado e transparente da gestão pública.

A importância do controle patrimonial no setor público não se restringe apenas à eficiência fiscal, mas também ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que exige a transparência e a responsabilidade na gestão fiscal. A correta contabilização e gestão do patrimônio público são instrumentos fundamentais para evitar a deterioração financeira dos entes públicos, prevenindo a acumulação de dívidas insustentáveis e garantindo que os bens públicos sejam preservados e utilizados da forma mais adequada possível.

► Conceituação de Patrimônio Público

O conceito de patrimônio público, no âmbito da contabilidade aplicada ao setor público, abrange os bens, direitos e obrigações das entidades governamentais. De maneira simplificada, o patrimônio público refere-se a tudo aquilo que pertence ao Estado e que é utilizado para a prestação de serviços à sociedade. No entanto, o termo tem implicações legais, contábeis e econômicas mais profundas que precisam ser compreendidas para garantir a adequada gestão dos recursos públicos.

► Definição Legal e Contábil de Patrimônio Público

No campo jurídico, o patrimônio público é definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações que o poder público possui, direta ou indiretamente, para o cumprimento de suas funções. Esse patrimônio é adquirido, mantido e utilizado em nome da coletividade, devendo ser preservado para as gerações futuras. A proteção e o uso adequado desse patrimônio são princípios fundamentais em legislações como a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei 4.320/1964, que regula as finanças públicas no Brasil.

Na perspectiva contábil, o patrimônio público é abordado de maneira técnica, sendo representado no balanço patrimonial das entidades públicas. O balanço patrimonial evidencia a situação econômica e financeira do ente público em determinado momento, apresentando seus ativos (bens e direitos) e passivos (obrigações). A diferença entre ativos e passivos constitui o patrimônio líquido, que representa a riqueza líquida acumulada ao longo do tempo. Para garantir uma gestão eficiente, os governos precisam acompanhar de perto as variações patrimoniais e avaliar se os recursos estão sendo usados adequadamente em prol da sociedade.

► Distinção Entre Bens Públicos e Privados

Um aspecto importante na conceituação do patrimônio público é a distinção entre bens públicos e privados. Segundo o Código Civil Brasileiro, bens públicos são aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, como a União, os estados, os municípios e as autarquias. Esses bens têm destinações específicas e não podem ser usados de forma indiscriminada ou alienados sem seguir os procedimentos legais. Eles podem ser classificados em três categorias:

– **Bens de uso comum do povo:** São aqueles que podem ser utilizados por todos, como ruas, praças, rios e praias. Seu uso é livre, mas deve respeitar as normas estabelecidas pelo poder público para preservar seu bom estado e disponibilidade.

– **Bens de uso especial:** São bens que possuem uma destinação específica para a prestação de serviços públicos, como edifícios públicos, escolas, hospitais e quartéis. Seu uso é restrito à finalidade pública a que se destinam.

– **Bens dominicais:** São os bens do Estado que não estão destinados a um uso comum ou especial. Podem ser alienados (vendidos) ou utilizados de acordo com a conveniência da administração, respeitando as exigências legais.

AMOSTRA

Já os bens privados são aqueles que pertencem a pessoas físicas ou jurídicas privadas e não fazem parte do patrimônio público. Essa distinção é importante para determinar as regras de uso, alienação e gestão dos bens, uma vez que os bens públicos estão sujeitos a normas mais rigorosas.

► **Classificações de Patrimônio: Patrimonial, Financeiro e Econômico**

Dentro do conceito de patrimônio público, ele pode ser subdividido em diferentes classificações para facilitar sua compreensão e administração. As principais categorias são:

– **Patrimônio Patrimonial:** Refere-se ao conjunto de bens tangíveis e intangíveis pertencentes ao setor público. Engloba, por exemplo, imóveis, veículos, equipamentos, softwares e marcas. Essa categoria inclui tanto os bens de uso direto pela administração quanto aqueles que servem de reserva de valor para o governo.

– **Patrimônio Financeiro:** Compreende os ativos e passivos financeiros, como valores a receber, títulos públicos, disponibilidades em caixa e bancos, além das dívidas contraídas pelo governo. Essa classificação é essencial para a gestão das finanças públicas e para garantir o equilíbrio fiscal dos entes governamentais.

– **Patrimônio Econômico:** Trata do valor econômico do patrimônio público, que envolve a capacidade desses bens e direitos de gerar benefícios futuros para a sociedade. Esse aspecto econômico é crucial para a tomada de decisões estratégicas, como investimentos em infraestrutura ou políticas públicas voltadas ao crescimento econômico.

Essas classificações permitem que a contabilidade pública registre e acompanhe o patrimônio de maneira estruturada, proporcionando uma visão clara e objetiva sobre a situação patrimonial do governo. A boa gestão do patrimônio público requer que se tenha uma compreensão exata de sua natureza e composição, de forma a garantir que os recursos sejam usados de forma eficiente e transparente.

► **Normas Contábeis Aplicadas**

O reconhecimento e o registro do patrimônio público seguem normas específicas estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Essas normas estabelecem critérios para a identificação, mensuração e divulgação de ativos, passivos e variações patrimoniais, assegurando que a gestão pública seja realizada com base em princípios contábeis sólidos e internacionalmente reconhecidos.

Um dos principais princípios contábeis aplicados ao patrimônio público é o princípio da oportunidade, que determina que as transações e eventos devem ser registrados no momento em que ocorrem, independentemente do seu pagamento ou recebimento. Esse princípio garante que o patrimônio público reflita a realidade dos fatos econômicos e financeiros, proporcionando maior transparência e accountability na administração pública.

A conceituação do patrimônio público envolve uma visão integrada entre as dimensões jurídica, contábil e econômica. Entender essas nuances é fundamental para a correta gestão dos bens e direitos públicos, garantindo que eles sejam usados com eficiência e em benefício da sociedade.

► **Composição do Patrimônio Público**

A composição do patrimônio público abrange todos os bens, direitos e obrigações de uma entidade governamental. Isso inclui desde os ativos tangíveis, como imóveis e equipamentos, até direitos intangíveis e passivos resultantes de obrigações financeiras. A compreensão detalhada da estrutura patrimonial do setor público é essencial para uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos.

► **Bens que Compõem o Patrimônio Público**

Os bens que formam o patrimônio público podem ser classificados de acordo com sua natureza e utilização. A gestão correta desses bens, além de seguir princípios de eficiência, deve ser pautada em legislações específicas e normas de contabilidade pública. Os bens do patrimônio público são classificados em três grandes categorias:

– **Bens de Uso Comum do Povo:**

Esses bens são de livre utilização por todos os cidadãos, desde que respeitadas as regulamentações públicas sobre seu uso. São exemplos:

- Praças
- Ruas
- Parques
- Rios e mares acessíveis ao público

A característica fundamental desses bens é que eles não podem ser alienados, uma vez que são destinados ao uso coletivo e à prestação de serviços públicos de forma geral. Além disso, sua gestão deve priorizar a conservação e a acessibilidade para a sociedade.

– **Bens de Uso Especial:**

São bens destinados a uma finalidade específica dentro da estrutura governamental, geralmente associados ao funcionamento de serviços públicos. Entre os exemplos mais comuns estão:

- Prédios públicos como escolas, hospitais e tribunais
- Equipamentos e veículos utilizados na prestação de serviços públicos
- Infraestrutura de transporte como rodovias e pontes administradas diretamente pelo governo

Esses bens, embora possuam um uso específico, também são inalienáveis sem que haja um processo legal e autorização para sua alienação.

– **Bens Dominicais:**

Também conhecidos como bens patrimoniais disponíveis, os bens dominicais são aqueles que, diferentemente dos bens de uso comum ou especial, podem ser alienados (vendidos ou transferidos) pelo governo, conforme o interesse da administração. São bens que não estão diretamente ligados à prestação de serviços públicos, como terrenos ociosos e imóveis não utilizados para funções governamentais. Esses bens podem ser alienados para gerar receita, sempre de acordo com os princípios legais.

CONTABILIDADE PÚBLICA

CONCEITUAÇÃO, OBJETO E CAMPO DE APLICAÇÃO

CONCEITO E NATUREZA DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

► Definição e Delimitação Científica

A contabilidade aplicada ao setor público constitui o ramo da ciência contábil responsável pelo registro, pela mensuração, pela evidenciação e pela interpretação dos fatos que afetam o patrimônio das entidades governamentais. Diferentemente de uma técnica isolada de escrituração, ela se estrutura como um sistema de informação orientado a captar a totalidade dos eventos econômicos, financeiros e orçamentários que modificam a composição, o valor ou a natureza dos bens, direitos e obrigações de entes públicos. Sua função central consiste em transformar fatos administrativos, como a arrecadação de tributos, a execução de despesas, a aquisição de bens e a constituição de dívidas, em informações estruturadas capazes de subsidiar o controle institucional e a tomada de decisão dos gestores.

A delimitação científica dessa disciplina parte do reconhecimento de que o setor público possui características que a diferenciam do ambiente empresarial privado, notadamente a ausência de finalidade lucrativa, a subordinação a normas orçamentárias rígidas e a exigência de transparência ampliada perante a sociedade. Por isso, embora compartilhe com a contabilidade geral os princípios fundamentais de reconhecimento, mensuração e evidenciação patrimonial, a contabilidade pública desenvolve metodologias próprias para tratar fenômenos como a execução orçamentária, a vinculação de receitas, os regimes de adiantamento e os mecanismos de transferências intergovernamentais. Essa especialização metodológica não retira da disciplina seu caráter unitário dentro da ciência contábil, mas evidencia a necessidade de adaptações conceituais compatíveis com a natureza pública dos entes que a utilizam.

► Evolução Histórica e Convergência Normativa

A trajetória da contabilidade pública brasileira está intimamente associada à edição da Lei 4.320, de 1964, que estabeleceu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Esse diploma legal consolidou por décadas uma abordagem eminentemente orçamentária, na qual o registro contábil se confundia, em grande medida, com o acompanhamento da execução da receita e da despesa. Sob esse modelo, o patrimônio público permanecia em segundo plano, e os relatórios contábeis privilegiavam o controle da legalidade da execução orçamentária em detrimento da mensuração patrimonial propriamente dita.

O Processo de Convergência às Normas Internacionais

A partir da primeira década do século XXI, iniciou-se um processo estrutural de convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, inspirados nas normas emitidas por organismos internacionais de padronização contábil. Esse movimento resultou na edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e na consolidação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que passaram a introduzir de maneira sistemática o reconhecimento patrimonial de ativos e passivos, a apuração de variações patrimoniais qualitativas e quantitativas e a adoção do regime de competência de forma integral. Esse processo de convergência não eliminou o enfoque orçamentário, mas o reposicionou como um dos três enfoques centrais da disciplina, ao lado dos enfoques patrimonial e fiscal, promovendo uma visão mais ampla e tecnicamente robusta da realidade financeira e patrimonial das entidades governamentais. A convivência entre a tradição orçamentária herdada da legislação financeira e a lógica patrimonial trazida pela convergência internacional configura, até os dias atuais, um dos traços mais característicos da contabilidade pública brasileira, exigindo dos profissionais da área o domínio simultâneo de duas lógicas de registro e evidenciação que se complementam sem se confundir.

OBJETO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA

► O Patrimônio Público como Objeto de Estudo

O objeto central da contabilidade pública é o patrimônio das entidades governamentais, entendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações capaz de ser mensurado economicamente e vinculado ao cumprimento das finalidades institucionais do ente. Diferentemente da noção empresarial de patrimônio, associada à geração de riqueza para os proprietários, o patrimônio público está funcionalmente vinculado à prestação de serviços à sociedade e ao exercício de competências constitucionais atribuídas a cada esfera de governo. Bens de uso comum do povo, imóveis destinados à prestação de serviços de saúde e educação, equipamentos utilizados na execução de políticas públicas e reservas financeiras destinadas ao cumprimento de obrigações futuras compõem, todos eles, elementos patrimoniais cuja existência se justifica pela função pública que desempenham, e não pela capacidade de gerar retorno financeiro direto.

Esse entendimento amplia o escopo da contabilidade pública para além do simples acompanhamento de entradas e saídas de recursos financeiros, abrangendo também a mensuração de ativos não financeiros, o reconhecimento de passivos de longo prazo, como obrigações previdenciárias e judiciais, e a apuração de variações patrimoniais que decorrem de fatos que não transitam necessariamente pelo caixa da entidade. A depreciação de um bem móvel, o reconhecimento de uma provisão para contingência judicial e a baixa de um ativo por obsolescência tecnológica são exemplos de fatos que alteram o patrimônio público

AMOSTRA

sem qualquer movimentação financeira concomitante, e cujo registro adequado depende do domínio conceitual do patrimônio como objeto próprio da disciplina.

► **Objetivos Informacionais e Usuários da Informação Contábil**

A contabilidade pública tem como finalidade fornecer informações úteis para a tomada de decisões e para a avaliação da prestação de contas dos gestores públicos, permitindo que diferentes categorias de usuários compreendam a situação patrimonial, financeira e orçamentária de uma entidade em determinado momento. Esses objetivos se desdobram em funções complementares, que incluem o suporte ao planejamento governamental, o subsídio à formulação e ao acompanhamento de políticas públicas, o fornecimento de elementos para o controle interno e externo, e a promoção da transparência necessária ao exercício do controle social pela população.

A diversidade de usuários da informação contábil pública justifica a exigência de relatórios estruturados e comparáveis ao longo do tempo. Órgãos de controle externo utilizam essas informações para verificar a conformidade da gestão com os limites legais estabelecidos, especialmente aqueles relacionados a despesas com pessoal e endividamento. Órgãos de controle interno as utilizam para monitorar a execução orçamentária e identificar riscos operacionais. Investidores em títulos da dívida pública e organismos de crédito internacionais avaliam a capacidade de pagamento do ente com base em indicadores extraídos das demonstrações contábeis. A sociedade, por sua vez, exerce o controle social a partir de informações disponibilizadas em portais de transparência, cuja qualidade depende diretamente da consistência dos registros contábeis subjacentes. Essa multiplicidade de interesses reforça a necessidade de que a informação contábil pública seja produzida com neutralidade, tempestividade e fidedignidade, atributos que conferem credibilidade ao processo de prestação de contas.

CAMPO DE APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA SUBJETIVA

► **Entes Sujeitos à Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

O campo de aplicação da contabilidade pública abrange a totalidade das entidades que integram a administração pública em suas diferentes esferas federativas e formas organizacionais. A obrigatoriedade de observância das normas contábeis aplicadas ao setor público decorre da natureza dos recursos geridos e da finalidade institucional da entidade, independentemente de sua personalidade jurídica de direito público ou privado. Assim, tanto órgãos integrantes da administração direta quanto entidades da administração indireta dotadas de personalidade jurídica própria encontram-se sujeitos a essa disciplina, desde que se enquadrem nos critérios de dependência de recursos do ente controlador ou de exercício de função tipicamente estatal.

Para melhor compreender essa abrangência, é útil identificar as categorias de entidades que se submetem à contabilidade aplicada ao setor público, considerando sua natureza jurídica e sua relação com o orçamento público.

- Órgãos da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todas as esferas de governo
- Autarquias e fundações públicas de direito público, inclusive as que possuem natureza de agências reguladoras

- Fundos especiais instituídos por lei para a execução de políticas públicas específicas
- Empresas estatais dependentes, assim entendidas aquelas que recebem recursos do ente controlador para pagamento de despesas de pessoal, custeio ou capital
- Consórcios públicos constituídos na forma de associação pública ou de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos

A inclusão das empresas estatais dependentes nesse rol decorre da compreensão de que a dependência financeira em relação ao orçamento público justifica a submissão dessas entidades a controles e evidenciações compatíveis com os recursos públicos que utilizam, ainda que operem sob regime jurídico predominantemente privado em outros aspectos de sua gestão. Já as estatais não dependentes, embora sujeitas a outras formas de controle acionário e de fiscalização, não se submetem integralmente às normas de contabilidade pública, aplicando-se a elas a legislação societária e as normas contábeis dirigidas ao setor empresarial.

► **Estrutura Normativa de Aplicação**

A aplicação prática da contabilidade pública no Brasil é orientada por um conjunto articulado de normas técnicas, que inclui as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo órgão responsável pela regulação da profissão contábil, e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, elaborado pelo órgão central de contabilidade da União em conjunto com representantes dos demais entes federativos. Esse manual detalha procedimentos contábeis, planos de contas aplicados ao setor público, demonstrações contábeis obrigatórias e orientações sobre o registro de eventos patrimoniais específicos da atividade governamental.

A convivência entre normas de natureza estritamente contábil e normas de natureza orçamentária e financeira, como a própria Lei 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, compõe uma estrutura normativa multifacetada, na qual cada instrumento cumpre uma função distinta. Enquanto as normas contábeis técnicas disciplinam o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos elementos patrimoniais, a legislação financeira e fiscal estabelece limites, procedimentos de execução orçamentária e mecanismos de controle da responsabilidade na gestão fiscal. A adequada aplicação da contabilidade pública pressupõe, portanto, o domínio simultâneo dessas diferentes camadas normativas, de modo que o profissional da área seja capaz de transitar entre a lógica patrimonial, a lógica orçamentária e a lógica fiscal sem perder a coerência técnica do conjunto.

RELAÇÃO COM A CONTABILIDADE GERAL E DISTINÇÕES METODOLÓGICAS

► **Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público**

O processo de convergência internacional aproximou substancialmente a contabilidade pública dos fundamentos conceituais que orientam a contabilidade geral, especialmente no que se refere à estrutura conceitual, aos critérios de reconhecimento de ativos e passivos e à adoção do regime de competência como base de mensuração patrimonial. Essa aproximação não significa identidade metodológica entre os dois ramos, pois



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

